

A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA PORTERIANA

Braulio Alexandre Contento de Oliveira¹

Rua Prof. João Arruda, 234 – ap. 53
CEP: 05012-000 São Paulo/SP Brasil
Telefone: 3675-4685
E-mail: braulio@usp.br

Giuliano Contento de Oliveira¹

Rua Prof. João Arruda, 234 – ap. 63
CEP: 05012-000 São Paulo/SP Brasil
Telefone: 3862-8847
E-mail: giulianoliveira@uol.com.br

¹ Universidade de São Paulo – USP
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA
CEP: 05012-000 São Paulo/SP Brasil

Resumo:

A competitividade é requisito fundamental para o desenvolvimento de uma empresa, de um setor industrial ou até mesmo de uma nação. Em vista disso e da representatividade da indústria alimentícia brasileira, este trabalho analisa a sua competitividade internacional à luz do “modelo diamante” de Porter (1990).

A partir das análises realizadas, conclui-se que o setor estudado é competitivo, e que a transposição dos desafios existentes permitirá a ampliação desta competitividade e a sua sustentabilidade ao longo do tempo. Estes desafios, tais como a acessibilidade ao capital a juros baixos, a melhoria da infra-estrutura de transporte, a manutenção de uma concorrência saudável e o investimento em tecnologia, devem ser enfrentados tanto pelo governo, quanto pelas empresas que compõem o setor.

Palavras-chaves: modelo diamante; indústria alimentícia; competitividade.

A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA PORTERIANA

1. Introdução

A abertura econômica promovida pelo Brasil no final do século passado trouxe vantagens ao país, em razão da maior quantidade de investimentos externos e da possibilidade de acesso a produtos de alta qualidade, mas também implicou desvantagens, haja vista a exposição de empresas e de setores industriais à acirrada competição internacional.

Este fenômeno causou a quebra de muitas empresas, fazendo com que setores industriais inteiros sofressem fortes abalos, não lhes restando outra alternativa senão a de buscar o desenvolvimento e a sustentação de vantagens que os tornassem competitivos em âmbito internacional.

Desta forma, no atual contexto geopolítico mundial a competitividade das empresas e dos setores econômicos é requisito fundamental para o seu desenvolvimento. Indústrias pouco competitivas têm dificuldades de contribuir para a sociedade em que estão inseridas, ao passo que aquelas mais competitivas buscam cada vez mais a hegemonia, o desenvolvimento e a sustentação de vantagens.

Em 1990, Michael Porter apresentou conceitos e técnicas para que as nações pudessem desenvolver vantagens em relação às outras e compará-las. O modelo apresentado se tornou conhecido como “modelo diamante”, em razão da disposição figurativa dos diversos fatores considerados pelo autor, conforme será discutido. Embora Porter (1990) tenha abordado a competitividade entre as nações, o modelo também se mostra apropriado para a análise da competitividade de setores industriais (Ribeiro, 2000).

De caráter descritivo, o presente trabalho apresenta elementos que permitem, por meio de uma análise interpretativa, avaliar a competitividade da indústria alimentícia brasileira, indicando os principais desafios que devem ser enfrentados pelo governo e pelo próprio setor. A escolha deste setor da economia brasileira se deve ao fato dele ser altamente representativo internamente, embora pouco expressivo no comércio internacional. Os dados utilizados são eminentemente secundários, provenientes da ABIA (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação), do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas), da OMC (Organização Mundial do Comércio), e de outras publicações relativas à indústria alimentícia brasileira.

Este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução e da conclusão. No primeiro item é apresentado um breve histórico da indústria alimentícia brasileira e de sua representatividade doméstica e mundial. No segundo item é apresentado o modelo diamante de Porter (1990), enquanto no terceiro é analisada a indústria alimentícia brasileira a partir dos fatores que compõe o modelo apresentado. Por fim, no quarto item são apresentados os pontos críticos que devem ser trabalhados pelas empresas e pelo governo a fim de que possam ser criadas e sustentadas vantagens competitivas.

2. Cenário atual da indústria alimentícia brasileira

O processo de abertura econômica ocorrido fez com que as empresas alimentícias brasileiras passassem por transformações substanciais, uma vez que a maior competição externa exigiu nova orientação competitiva, baseada na produtividade, na qualidade, e na satisfação do

consumidor.

Atualmente a indústria alimentícia brasileira é um setor econômico bastante significativo, haja vista o volume de recursos que movimenta. Segundo a ABIA (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação), em 2001 o setor faturou US\$ 112 bilhões (Indústria da alimentação..., 2002).

A partir da análise da Tabela 1, verifica-se que esta indústria apresentou aumento do faturamento líquido em todo o período considerado, sem exceção.

Tabela 1 - Faturamento líquido da indústria alimentícia (R\$ bilhões)

Ano	Bebidas	Alimentos	Total
1997	11,30	67,40	78,70
1998	11,80	74,00	85,80
1999	12,80	79,53	92,33
2000	13,80	86,43	100,23
2001	15,20	96,83	112,03

FONTE: ABIA (2002), adaptado pelos autores.

Merece destaque, ademais, o fato de que a indústria alimentícia é altamente representativa na economia brasileira. Conforme se pode observar na Tabela 2, sua participação no PIB (Produto Interno Bruto) correspondeu a 9,5% em 2001. Além disso, a sua participação em relação à indústria de transformação correspondeu a 18% em 2000, o que comprova a sua significativa contribuição junto ao setor secundário brasileiro.

Tabela 2 - Representatividade da indústria alimentícia brasileira

Ano	Part.no PIB	Participaçãona indústria de transformação.
1997	9,00	18,00
1998	9,40	20,10
1999	9,60	19,40
2000	9,20	18,00
2001	9,50	n.d.

FONTE: ABIA (2002), adaptado pelos autores.

É indispensável salientar, ainda, que a indústria alimentícia brasileira exerceu papel relevante, em termos macroeconômicos, para as contas externas do país antes mesmo da máxi-desvalorização cambial ocorrida em 1999. A partir da Tabela 3 pode-se observar que em todo o período considerado a indústria exportou significativamente mais do que importou, fenômeno este intensificado após o ajuste cambial ocorrido na época referida. Em 2002 projeta-se um saldo comercial de R\$ 29 bilhões, sendo que do total exportado pela economia brasileira neste mesmo ano, 18,80% provieram das vendas externas levada a cabo por esta indústria, em se confirmando a projeção. Trata-se, portanto, de um setor bastante relevante para o ajustamento externo da

A competitividade internacional da indústria alimentícia brasileira:

Uma análise à luz da teoria porteriana economia brasileira, sendo de suma importância que seja desenvolvida e mantida a sua competitividade, também em virtude dessa questão.

Tabela 3 - Exportações e importações da indústria alimentícia

Ano	Exportações R\$ bilhões	Em % do Total Exportado	Importações R\$ bilhões	Em % do Total Importado	Saldo comercial R\$ bilhões
1997	9,90	17,30	2,46	4,01	7,44
1998	10,10	17,00	2,48	4,29	7,62
1999	15,60	17,90	2,84	5,78	12,76
2000	14,00	13,90	2,59	4,64	11,41
2001	23,80	17,40	2,52	4,54	21,28
2002	31,90	18,80	2,90	6,02	29,00

FONTE: ABIA (2003), adaptado pelos autores.

Muito embora seja evidente a importância da indústria alimentícia para o país, a análise da sua competitividade requer que ela seja comparada com as suas pares estrangeiras, especialmente as dos países em desenvolvimento.

2.1. A participação da Indústria Alimentícia Brasileira na Indústria Alimentícia Mundial

Do total das exportações mundiais, que totalizaram US\$ 5,98 trilhões em 2002, o Brasil foi responsável por apenas 1%, participação bastante menor que a do México, responsável por 2,6%, e que a da China, responsável por 4,4%, também considerados países em desenvolvimento (Selected..., 2003, p. 34).

Em termos gerais, o Brasil é o segundo maior exportador da América Latina, ficando somente atrás do México, que exporta quase o triplo do que o nosso país, conforme se pode observar no Gráfico 1. Esta diferença provem, em parte, do fato de ser o México o principal parceiro comercial dos Estados Unidos, os maiores compradores mundiais, e por lá se situarem as chamadas “maquiladoras” – filiais de empresas norte-americanas que montam produtos já acabados provenientes dos Estados Unidos e os remetem novamente para lá, a menores custos que teriam se fossem concluídos no país de origem, em razão da menor carga tributária e da mão-de-obra mais barata.

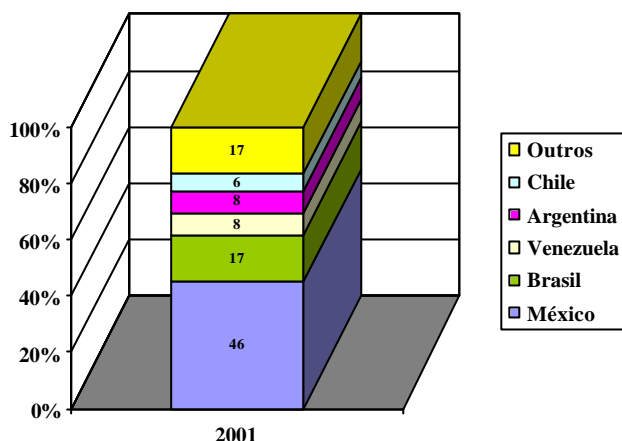


Gráfico 1 - Participação de países selecionados nas exportações da América Latina.

FONTE: World... (2002, p. 6-7).

Ao abordar apenas os produtos agroindustriais, que incluem alimentos acabados e matéria-prima, em 2001 o Brasil exportou pouco mais do que o dobro do México. No entanto, ao analisar a participação de diversos países selecionados, nota-se que o Brasil mantém o mesmo nível de 1980 no que se refere à participação das suas exportações nas exportações mundiais – situação melhor apenas que a da Malásia e a da Indonésia que tiveram retração –, enquanto a maioria dos países considerados expandiram, dobraram ou até mesmo triplicaram as suas participações, conforme se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4 – Exportação de produtos agroindustriais de países selecionados

País	US\$ bi 2001	Participação % nas Exportações mundiais		
		1980	1990	2001
Brasil	18,43	3,4	2,4	3,4
China	16,63	1,4	2,4	3,0
Argentina	12,20	1,9	1,8	2,2
Tailândia	12,06	1,2	1,9	2,2
México	9,07	0,8	0,8	1,7
Malásia	7,19	2,0	1,8	1,3
Indonésia	7,02	1,6	1,0	1,3
Chile	6,97	0,4	0,7	1,3
Índia	6,41	0,8	0,8	1,2

FONTE: World... (2002, p. 111), adaptado pelos autores.

Deste modo, conclui-se que o Brasil precisa se desenvolver no que tange o comércio internacional de alimentos. Para tanto, a análise da sua competitividade permitirá identificar entraves e apontar soluções para que este desenvolvimento possa se efetivar.

3. O Modelo Porteriano de Competitividade Internacional

Em “The Competitive Advantage of Nations”, Porter (1990) alerta que assim como as empresas competem em mercados, os países também o fazem entre si. O autor propõe, então, um modelo que considera diversos fatores determinantes para que uma nação seja competitiva. Ressalte-se que cabe à nação definir seu posicionamento e em que ramos de atividade (indústrias) competir. Na figura 1 apresentamos é apresentado o modelo diamante de Porter (1990, p. 71-72).

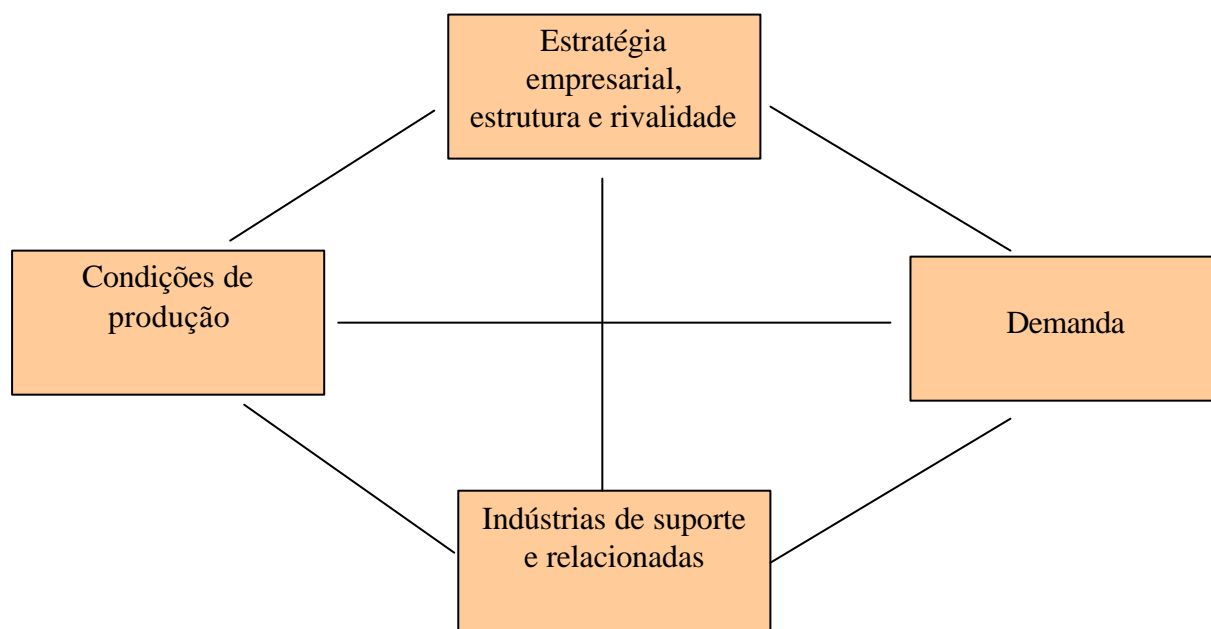


Figura 1 – Determinantes da competitividade nacional.

FONTE: Adaptado de Porter (1990, p. 71-72).

Com o intuito de melhor explicar o modelo acima e de indicar possíveis pontos fortes e fracos da indústria alimentícia brasileira em relação a eles, são pormenorizados cada um dos determinantes expostos.

- *Estratégia empresarial, estrutura e rivalidade*: diz respeito à condução das empresas em um determinado setor industrial. Segundo Porter (1990, p. 108), cada organização responde de uma maneira ao ambiente no que está inserida e, de forma mais ampla, cada conjunto industrial também o faz. Então, quanto mais apropriadamente as organizações se integram ao seu ambiente, maior é a probabilidade delas se desenvolverem e prosperarem. Em termos gerais, é requisito fundamental para ser competitivo internacionalmente, que um determinado setor interaja adequadamente com o seu ambiente, sobretudo com o da nação que o suporta. A rivalidade existente entre as diversas empresas de um setor deve conduzi-las ao fortalecimento, à medida

que são impelidas a encontrarem alternativas para crescer e se desenvolver;

- *Demanda*: diz respeito à quantidade e, principalmente, à qualidade dos potenciais compradores de uma nação (Porter, 1990, p. 86). Este determinante implica a formação estrutural de uma indústria, seu grau de inovação e competição interna. Porter (1990, p. 86) aponta três atributos significantes da demanda doméstica: sua composição, em termos da natureza das necessidades dos compradores; seu tamanho e tendência de crescimento; e, os mecanismos de transmissão das preferências da população ao mercado externo;
- *Indústrias de suporte e relacionadas*: diz respeito à presença de empresas supridoras de necessidades de um determinado setor e à acessibilidade proporcionada por essas empresas (Porter, 1990, p. 100-101). Faz-se importante que estes setores relacionados também sejam competitivos, pois assim, insumos, tecnologias e inovação contribuem para a cadeia como um todo;
- *Condições de produção*: diz respeito aos insumos necessários para que uma organização tenha condições de competir, tais como mão-de-obra apropriada, recursos naturais, capital e infra-estrutura (Porter, 1990, p. 73-74). Cabe ressaltar que mais do que condições físicas, há que se possuir cultura e estrutura tecnológica definida em relação às condições apresentadas, pois por exemplo, países como Cingapura, Tailândia, Japão são competitivos internacionalmente em setores que se utilizam de insumos que nem sequer possuem. Não obstante este fato, outros países ricos em determinados recursos não são competitivos nos setores que os utilizam.

4. A Competitividade Internacional da Indústria Alimentícia Brasileira

Conforme apresentado nos itens anteriores, a indústria alimentícia brasileira é bastante significativa em termos de tamanho e de contribuição à riqueza do país. O número de empresas que compõem o setor, cerca de 39 mil em 2002, é por si só um indicador de que muitos dos fatores que contribuem para a competitividade estão presentes em nosso país, pois funcionam como atrativos a investimentos (Indústria da alimentação..., 2002). Resta saber se tal representatividade pode ser ainda mais expandida, em âmbito mundial - o que somente ocorrerá se o setor for competitivo internacionalmente.

Com o intuito de aferir esta competitividade, foi aplicado o modelo proposto por Porter (1990) ao referido setor, conforme apresentamos abaixo.

4.1. Análise da Competitividade da Indústria Alimentícia Brasileira à Luz do Modelo Porteriano

A fim de se alcançar o objetivo exposto para o presente trabalho, analisamos a situação da indústria alimentícia brasileira em relação aos diversos fatores considerados no modelo diamante, conforme se segue:

Estratégia empresarial, estrutura e rivalidade

O grande número de lançamento de novos produtos a cada ano, a agregação de valor ao buscar trabalhar com produtos mais elaborados, que facilitem o consumo e reduza o tempo de preparo, a profissionalização das empresas e a reorganização do setor, indicam que a indústria alimentícia brasileira vem buscando sua expansão. Capitaneado por grandes grupos multinacionais, os sistemas de gestão e de produção do setor devem ser similares aos praticados pelas empresas mais desenvolvidas em outros países, atualmente. De acordo com estudos da KPMG, entre 1992 e 1999 houve 208 processos de fusão e aquisição nos setores de alimentos, bebidas e fumo (FUSÕES E AQUISIÇÕES..., 2000). Deste modo, pode-se afirmar que a indústria alimentícia brasileira foi um dos setores que mais empreenderam modificações corporativas e organizacionais, uma vez que o processo de fusões e aquisições, pelos quais essas firmas passaram, implica, indubitavelmente, uma nova orientação competitiva.

Demanda

O Brasil possui um dos maiores mercados potenciais do mundo, sobretudo em se tratando de produtos alimentícios. A baixa renda de grande parte da população faz com que os ganhos obtidos por programas sociais e estabilidade econômica impulsionem a indústria alimentícia em razão da conversão, de grande parte do incremento nos rendimentos, em alimentos e bebidas, conforme se observa nos gráficos apresentados a seguir. O Gráfico 2 apresenta o impacto da implementação do Plano Real, em 1994, sobre o rendimento médio real.

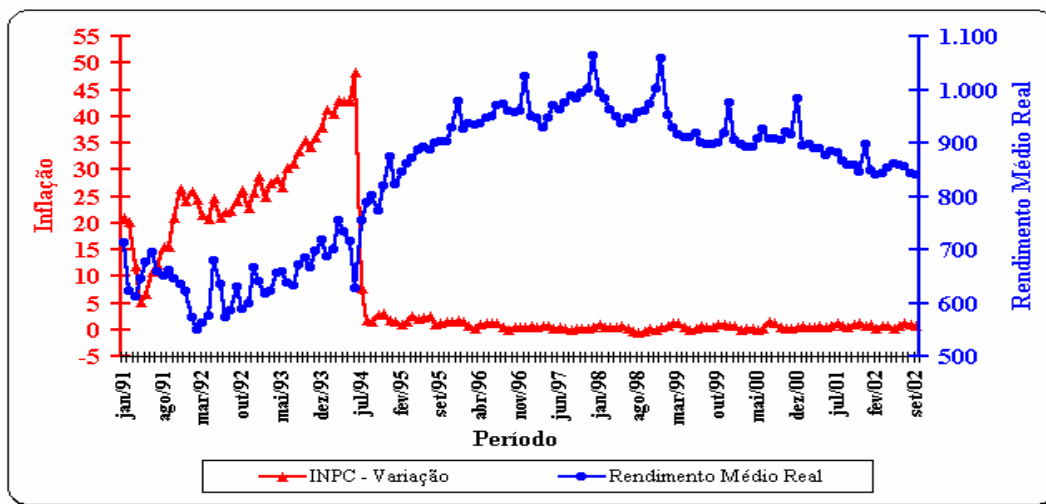


Gráfico 2 – Rendimento médio real e inflação (1994-2002)*.

FONTE: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, adaptado pelos autores.

* Até setembro de 2002. Valores a preços constantes de novembro de 2002. Inflação e deflator: INPC.

Pode-se verificar que a queda abrupta da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é acompanhada pelo aumento representativo do rendimento médio real do trabalhador brasileiro, o que fez aumentar de forma substantiva o consumo de bens, entre eles os produtos alimentícios. Esta afirmação é sustentada pelo significativo aumento havido na produção física industrial, mormente nos produtos alimentares, após a estabilização monetária de julho de 1994. A partir do Gráfico 3, pode-se observar a elevação da produção de alimentos e bebidas, quando da observância do substantivo aumento ocorrido no salário médio real do

trabalhador brasileiro após o Plano Real, em 1994.

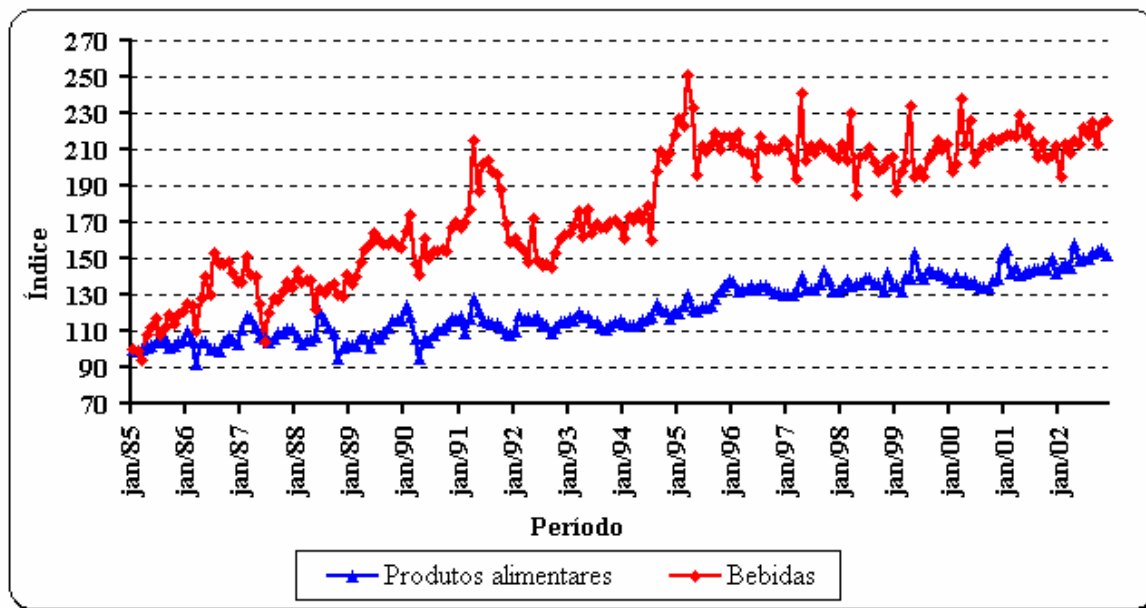


Gráfico 3 - Produção física industrial de produtos alimentares e bebidas*.

FONTE: IBGE, adaptado pelos autores.

* Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal (base: jan.1985 = 100).

A existência de um amplo mercado potencial e sustenta, ainda, no fato de que entre 1994-98, a indústria da alimentação cresceu 24%, enquanto que no período 1999-2001 aumentou 8,7%, bem superior ao crescimento da economia – 4,4% e 2,8%, respectivamente (Indústria da alimentação..., 2002).

Portanto, em relação ao fator *demand*a a indústria brasileira de alimentos é bem servida, havendo necessidade de melhorar a sua qualidade, ou seja, proporcionando condições econômicas e sociais para que o acesso ocorra e, criar estratégias de projeção internacional dos costumes e hábitos alimentícios brasileiros.

Indústrias de suporte e relacionadas

No que tange aos setores de suporte, certamente o mais significativo é o agrícola. Ao seu respeito, tecemos as seguintes considerações: o vasto território brasileiro o deixa entre os maiores produtores mundiais de *commodities*, matérias-primas para a concepção de alimentos industrializados. De acordo com a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), o PIB do setor primário representa aproximadamente 7,7% do PIB Nacional. A incorporação da tecnologia nas atividades agropecuárias é uma realidade em nossa sociedade. Entre 1980 e 1998 houve elevação de 40% na produção física, enquanto a área plantada permaneceu relativamente a mesma.

Há possibilidade de expandir ainda mais a produtividade e a produção agrícola, pois o Brasil possui 851 milhões de ha, dos quais menos de 60 milhões (7,5%) são cultivados. Além de haver muita terra ociosa, a produtividade por ha (hectare) no Brasil é baixa em relação a de outros países. Por exemplo, enquanto no Brasil o rendimento do arroz é de 2,5 t/ha, países com México, Colômbia e Venezuela obtêm 4 t/há; nos anos 90 o rendimento do feijão foi de 550

Kg/ha no Brasil, 700 Kg/ha na Venezuela e na Tailândia, 900 Kg/ha no Peru e Colômbia, 1.000 Kg/ha na Bolívia, Argentina e China e 1.700 Kg/ha na Itália, Japão e EUA (*Revista Agroanalysis*, 1999; *Revista O Agrônomo*, 1999).

Acrescente-se, ainda, a existência de recursos naturais em abundância, como a água, por exemplo, que também atua no sentido de contribuir para o desenvolvimento do setor.

No que diz respeito aos setores relacionados, tais como o de distribuição e o de embalagem, o desenvolvimento segue a tendência da indústria alimentícia, proporcionando alternativas que contribuem para a melhoria da produtividade. Uma pesquisa recente realizada pela ABRE (Associação Brasileira de Embalagens) com 35 empresas do setor, identificou que mais que a metade delas exportam produtos ou matérias-primas para diversos países, como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos e México, indicando serem competitivas (Pesquisa do Comitê de Exportação, 2003). No entanto, o modelo de transporte brasileiro, eminentemente rodoviário, coloca-se como um empecilho ao escoamento de grandes volumes, em razão dos altos custos inerentes ao processo. Alia-se a isso o fato de os portos brasileiros ainda não serem eficazes e possuírem ainda elevados preços em termos comparativos com os de outros países (Política Econômica e Reformas Estruturais, 2003).

Condições de produção

O Brasil possui ainda mão-de-obra mais barata que os países ditos desenvolvidos, muito embora o que se convencionou chamar “custo Brasil” contribua negativamente. No entanto, esforços vêm sendo empreendidos no sentido de melhorar as condições de produção, tal como a proposta de reforma tributária que tramita no governo e no congresso nacional.

O acesso ao capital de longo prazo a juros competitivos internacionalmente mostra-se um grande empecilho no que tange às condições de produção. Tal acesso, embora essencial, é impossível à grande maioria das micro e pequenas empresas, que representam mais de 95% das empresas do setor, o que contribui para que a competição não se dê de forma plena, já que apenas as médias e grandes empresas possuem poder de barganha junto aos órgãos financiadores e acesso ao capital estrangeiro.

Nota-se, em razão dos fatores considerados no modelo porteriano, que tanto o governo quanto as empresas que compõe o setor industrial analisado possuem significativa responsabilidade no que tange à competitividade internacional.

Assim, cada um desses agentes é analisado, na expectativa de que cada uma das partes contribua para o desenvolvimento e a sustentação de vantagens competitivas frente aos seus competidores internacionais.

5. O governo como potencializador da competitividade

Muito embora o mundo venha assistindo a necessidade de diminuição do protecionismo, deixar os diversos setores produtivos de um país à própria sorte não condiz com a proposta de desenvolvimento econômico e social dos seus respectivos governos.

A política industrial nas décadas de 70 e 80, subordinada à lógica do processo de substituição de importações, esteve voltada para a redução do coeficiente de importação da economia e para a expansão da capacidade produtiva do país, concentrando-se basicamente na imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias e na concessão de incentivos visando à redução

do custo de investimento e, eventualmente, do custo de produção. No entanto, as políticas governamentais para o desenvolvimento industrial devem transcender a concessão de benefícios fiscais, de forma que haja ganhos para todas as partes envolvidas (Guimarães, 1996, p. 7).

A abertura da economia brasileira iniciada com vigor no governo Collor e seguida pelos governos Cardoso vieram, de maneira forçosa, contribuir para o desenvolvimento de diversos setores industriais, entre eles, o de alimentos. Não obstante tal contribuição, as organizações que efetivamente obtiveram êxito no que diz respeito ao aumento de competitividade foram as de grande porte, ou seja, aquelas que possuem maior poder financeiro e de negociação. Segundo Bonelli (2001, p. 43), cerca de apenas 400 empresas de grande porte são responsáveis por aproximadamente 80% das exportações brasileiras. Esta evidência indica a necessidade de criar acessibilidade às empresas de micro, pequeno e médio portes ao mercado exterior.

O sucesso da política de abertura contrasta com os avanços modestos observados na implementação da política de concorrência e da política de competitividade, que contemplava legislação específica e programas de capacitação e qualidade e produtividade (Guimarães, 1996, p. 22).

Villela & Suzigan (1996, p 7) consideram como relevantes para uma política industrial os seguintes elementos: “planejamento geral indicativo, formalização de diretrizes e objetivos, organização institucional específica, articulação com a política macroeconômica, *targeting* de indústrias ou tecnologias específicas, instrumentos e políticas relacionadas (de comércio exterior, financiamento, fomento e competição/ regulação), investimentos em infra-estrutura econômica e de ciência e tecnologia, sistema educacional e formação de recursos humanos”. Similarmente, Guimarães (1996, p. 9) afirma que uma política industrial e de comércio exterior deve contemplar as seguintes estratégias:

- Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios, e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência;
- Reestruturação competitiva da indústria por meio de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio ao crédito e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica;
- Fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores;
- Exposição planejada da indústria à competição internacional, possibilitando maior inserção no mercado externo, melhoria de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados; e
- Capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores.

Ao analisar as implicações do seu modelo de competitividade nacional aos governos, Porter (1990, p. 617) afirma que o seu papel central é proporcionar à nação recursos financeiros e trabalho de alta produtividade. No entanto, esclarece que as melhores políticas dificilmente trazem resultados satisfatórios quando os fatores apresentados no modelo não suportam a competitividade. Com base caso brasileiro comprova-se o inverso, ou seja, muito embora as condições dos fatores sejam propícias, as políticas parecem pouco contribuir para o aumento de competitividade. Assim, sugere-se que em detrimento de políticas assistencialistas, o governo proporcione à sociedade elementos que permitam o seu efetivo desenvolvimento.

A redução do chamado “custo Brasil”, bem como investimentos em ciência e tecnologia,

e em desenvolvimento humano devem ser a bases para que estratégias governamentais específicas sejam formuladas com vistas à efetiva competitividade dos diversos setores produtivos de nosso país.

6. O papel das empresas

Baseando-se em algumas evidências, Barros & Goldenstein (1997) afirmam que a indústria brasileira vive uma terceira onda de investimentos, sendo o capital estrangeiro o impulsionador. Estes investimentos ocorrem em três fases distintas: numa primeira fase, as empresas estrangeiras fixam escritórios de representações no Brasil e importam seus produtos, o que é viável dada a abertura econômica promovida nos últimos anos; numa segunda fase, estas empresas importam máquinas e equipamentos para a modernização e uma melhor adequação de parceiros locais; e, numa terceira fase, começam a produzir.

A abertura comercial promovida nos últimos anos, como requisito e alternativa para a inserção do Brasil no cenário sócio-econômico mundial, promoveu diversas mudanças nas estruturas industriais. Se, por um lado, muitas empresas foram adquiridas ou deixaram o mercado, por outro, empresas mais competitivas surgiram ou assim se tornaram.

Segundo Porter (1990, p. 591-592), as próprias empresas devem prezar pela competição, contribuindo para que o ambiente competitivo prevaleça sobre protecionismos que, em geral, escondem deficiências sociais. No entanto, a competição excessiva tende a dificultar o desenvolvimento empresarial, o que é ajustado pelo próprio mercado por meio de processos de fusões, aquisições e abandonos. Observando-se a quantidade de empresas partícipes da indústria alimentícia brasileira ao longo dos últimos anos, nota-se o movimento do mercado em termos desse ajuste, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 - Número de empresas no setor

Ano	1997	1998	1999	2000
Nº estabelecimentos industriais formais*	40,4	40,3	39,8	38,8
Micro (% do total)	75,7	76,0	75,5	74,9
Pequena (% do total)	20,6	20,3	20,8	21,2
Média (% do total)	3,1	3,0	3,0	3,2
Grande (% do total)	0,6	0,6	0,7	0,7

FONTE: Indústria da alimentação...(2002), adaptado pelos autores.

* Em mil.

A busca pelo atendimento das necessidades e dos desejos dos seus respectivos públicos-alvo, a defesa da concorrência sadia e a pressão sobre o governo para que fatores do modelo de competitividade apresentado sejam melhorados, devem ser objetivos permanentes das empresas que buscam o desenvolvimento.

O baixo investimento do setor deve ser revisto. Estimativas mostram que a indústria de alimentação investe 3% do faturamento do setor, correspondendo a US\$ 1,430 bilhão, do qual US\$ 477 milhões (1% do total) destinam-se a investimentos em marketing, US\$ 715 milhões (1,5% do total) a investimentos em novos produtos e US\$ 238 milhões a investimentos em novos equipamentos. Todavia, o alto custo do dinheiro e a elevada carga tributária apresentam-se como entraves para o aumento do investimento no setor (Indústria da alimentação..., 2002).

Faz-se importante o desenvolvimento de tecnologias que supram as necessidades do setor alimentício brasileiro, a fim de reduzir a dependência de tecnologia estrangeira. Além disso, a busca da eficiência e da eficácia organizacional e o comprometimento com a sociedade são requisitos fundamentais para o desenvolvimento empresarial na atualidade.

7. Considerações finais

Além da pouca expressividade do Brasil no comércio mundial de alimentos, a importância de se possuir uma indústria alimentícia competitiva reside no fato de se tratar de um setor econômico bastante estável em relação a outros. Em 2001, quando houve retração do comércio mundial da ordem de 1,5% (a primeira desde 1982), a indústria alimentícia foi responsável por 1%, enquanto a indústria automobilística foi responsável por pouco mais de 2%, e a indústria têxtil por cerca de 5% - o que reflete o fato de ser, o alimento, uma das últimas categorias de produtos a terem sua demanda reduzida em situações de crise, dada sua própria natureza (World..., 2002, p. 1-3).

A análise desenvolvida neste artigo permite concluir que a indústria alimentícia brasileira é competitiva internacionalmente. No entanto, a fim de que a competitividade deste setor industrial aumente progressivamente e seja sustentável ao longo do tempo, tanto o governo quanto as próprias empresas que o compõem devem cumprir importantes tarefas, pois alguns dos elementos dos fatores considerados por Porter (1990) necessitam ajustes para que fortes concorrentes internacionais diretos não obtenham maior desenvolvimento.

As políticas industriais devem contribuir para o desenvolvimento da indústria alimentícia, proporcionando acessibilidade ao desenvolvimento de competências gerenciais e ao capital de longo prazo a juros competitivos, sobretudo às micro, pequenas e médias empresas, por meio da desburocratização dos processos e da ampliação dos mecanismos já existentes.

A globalização impele que a indústria alimentícia brasileira expanda o seu horizonte, uma vez que a competição tende a se acirrar no mercado interno, tanto pelo desenvolvimento e profissionalização das empresas aqui estabelecidas, como pelo avanço das estrangeiras sobre este atrativo mercado, dado o seu potencial de crescimento. Tal desafio pode ser transposto com a realização de consórcios, associações entre empresas e parcerias, nacionais e estrangeiras, devendo haver regularidade e adaptações necessárias para que os produtos ofertados obtenham sucesso comercial.

A tendência de os países desenvolvidos se concentrarem em outros setores indústrias e produtos com maior valor agregado abre oportunidade para que a indústria alimentícia brasileira expanda ainda mais as suas operações internacionais.

Por fim, sugere-se o desenvolvimento de outros estudos que abordem de forma mais específica os diversos fatores considerados pelo modelo de Porter (1990) de modo a possibilitar a comparação do nível de competitividade do setor estudado em relação ao mesmo setor de outros países, notadamente aqueles que concorrem mais diretamente com o nosso.

Referências Bibliográficas

- BONELLI, Regis. *Políticas de competitividade industrial no Brasil - 1995/2000*. Texto para discussão n. 810, Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Relatório Técnico.
- BRITO, Adriana F., BONELLI, Régis. *Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil*. Texto para discussão nº 492, Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Relatório Técnico.
- FUSÕES e aquisições: transações realizadas no Brasil 1992-2000*. São Paulo: KPMG, 2000. Relatório Técnico.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. *A experiência recente da política industrial no Brasil: uma avaliação*. Texto para discussão n. 409, Brasília: IPEA, 1996. Relatório Técnico.
- INDÚSTRIA da alimentação: ficha técnica do setor*. São Paulo: ABIA, 2002. Relatório Técnico.
- FUSÕES e aquisições no setor de alimentos*. Informe Setorial Agroindústria, Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Relatório Técnico.
- SELECTED Long-Terms Trend*. Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <<http://www.wto.org>> Acesso em: 15 mar. 2003.
- WORLD trade developments in 2001 and prospects for 2002*. Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <<http://www.wto.org>> Acesso em: 15 mar. 2003.
- PERSPECTIVAS para a indústria da alimentação no Brasil: panorama gráfico-estatístico*. São Paulo: ABIA, 2002. Relatório Técnico.
- PESQUISA do Comitê de Exportação*. Associação Brasileira dos Produtores de Embalagens. Disponível em: <<http://www.abre.org.br>> Acesso em 15 mar 2003.
- POLÍTICA Econômica e Reformas Estruturais*. Brasília: Ministério de Fazenda, 2003. Relatório Técnico.
- PORTER, Michael E. *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press, 1990.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- REVISTA AGROANALYSIS*, n.4, v.19, Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- REVISTA O AGRÔNOMICO*, v.52, n.1, Campinas: IAC, 1999.
- RIBEIRO, Hugo P. A competitividade da indústria automobilística brasileira. In: *XXIV ENANPAD*, Florianópolis, 2000.
- VILLELA, Annibal V., SUZIGAN, Wilson. *Elementos para discussão de uma política industrial para o Brasil*. Texto para discussão n. 421, Brasília: IPEA, 1996. Relatório Técnico.